

GUIMARÃES (Costa)

O mosteiro de Santa Marinha da Costa está localizado na freguesia da Costa, concelho de Guimarães, distrito de Braga, e dista cerca de 2 km do centro da cidade. Partindo do centro de Guimarães, seguir pela descida da Penha, estrada N101-2, acompanhando as indicações até ao mosteiro.

O enquadramento do mosteiro é periurbano, localizando-se na Serra de Santa Catarina, na encosta do Monte da Penha, rodeado por um extenso parque arborizado que fazia parte da antiga cerca do convento.

A sua ocupação é muito antiga, remonta à época romana, onde existiria uma construção de carácter agrícola. Segundo Américo Costa, Santa Marinha, padroeira desta freguesia, era natural de Braga e fora ali batizada por Santo Ovídio, terceiro arcebispo de Braga. Foi martirizada na Galiza a 18 de julho de 130.

Mosteiro de Santa Marinha

DOS SÉCULOS VI E VII DATAM OS VESTÍGIOS de um templo suevo-visigótico, sobre o qual foi erguido o atual claustro. Em finais do século IX, em 872, foi erguido um novo templo, sagrado quase trinta anos mais tarde. A localidade de Lourosa foi doada por D. Mumadona ao mosteiro de Guimarães, em 959. O mosteiro da Costa, ou *Sancta Marina de Laurosa* aparece referido em 1059, na doação que Fernando I de Leão faz ao mosteiro de Guimarães de vários bens. Inicialmente, o lugar era designado por Lourosa e o orago da igreja era Santa Marinha de Lourosa. Em finais do século XI, no Censual de Braga, já aparece como mosteiro da Costa. No segundo quartel do século XII, o cenóbio é entregue aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho pela rainha D. Mafalda, mulher de D. Afonso Henriques. De 1145 data um documento de empraçamento de um casal feito por D. Mendo, primeiro prior do mosteiro e confessor da rainha, oriundo provavelmente de Santa Cruz de Coimbra. Em 1158, o arcebispo D. João Peculiar procede à sagração da igreja. Em 1187, D. Sancho I e a rainha D. Dulce oferecem ao mosteiro um cálice em prata dourada, o qual está hoje no Museu Alberto Sampaio. A igreja de Santa Marinha surge referida no Censual de Braga de meados do século XIII.

Da segunda metade do século XIII, mais concretamente de 11 de dezembro de 1262, data a inscrição funerária de D. Marinha Gonçalves, mulher de Martinho Pombo, que se encontrava no claustro do mosteiro e que, atualmente, se conserva no Museu Martins Sarmento. A leitura de Mário Barroca é a seguinte:



Perspetiva geral da igreja. Alçado oeste

: Era : M^a : CCC^a : III^o : IIDus : DECEm / BRIS : OBiit : MARINA :
GONS / ALVI : UXOR : MARTINI : PAL / ONBI : CUIus : AnIma :
REQU(i)ESCA / T : In PACE : AMEn : +

Na igreja do convento existia uma lápide com uma inscrição funerária de João Gomes, rico mercador de Guimarães, datada de 1273, e da qual hoje se desconhece o paradeiro, mas cuja reconstituição de leitura feita por Mário Barroca é a seguinte:

Era MCCCXI XII Februarii Obiit / Famulus Dei Iohannes Gomeci
/ Mercator Vimaransensis / Cuius Anima In Pace / Requiescat.

Do ano seguinte, de 7 de fevereiro de 1274, data a inscrição funerária de D. Pedro Nunes, antigo prior do mosteiro de São Torcato, que estaria gravada numa pequena lápide colocada no claustro do mosteiro, mas da qual se desconhece o paradeiro. Mário Barroca segue a lição de Fr. Cristóvão da Cruz:

"Era M CCC XII, VII^o Idus Februarii / Obiit Domnus Petrus Nuni / Olim Prior Sancti Torquati / Cujus Anima Requiescat / In Pace"

Precisamente de dois anos mais tarde, 7 de fevereiro de 1276, data uma inscrição, também desaparecida, e que levanta algumas dúvidas. Mário Barroca segue, uma vez mais, a leitura de Fr. Cristóvão da Cruz, que sugere que a

dita inscrição estaria no "lanço de refeitório", a ala sul do claustro do convento de Santa Marinha:

Era MCCCXIV VII Idus Februarii / Obiit Joanes Peccori Dio
/ cesis de Saugo Cujus / Anima In Pace Re / quiescat Amen

Segundo Mário Barroca, parece suspeito que entre as inscrições desaparecidas do convento da Costa haja duas com óbitos no mesmo dia. O referido autor também não conseguiu identificar o sepultado *Joanes Peccori Diocesis de Saugo*, sugerindo, porém, poder tratar-se de localidade de *Saugo de Vinire*, na diocese de Astorga, sufragânea da diocese de Braga.

Conforme as inquirições de 1220, o rei era o patrono do mosteiro da Costa. Detinha aí 16 casais, dos quais recebia a terça do pão e metade do vinho. Os seus moradores eram obrigados a prestar serviço ao rei quando chamados e o rei recebia aí voz e calúnia. Em 1258, em resposta aos inquiridores, é reiterado que o mosteiro era padroado régio. Na freguesia havia 34 casais e 10 eram do mosteiro. As Inquirições gerais de D. Dinis, ordenadas em 1288, foram executadas, entre outros, por D. Pedro Martins, prior do mosteiro de Santa Marinha, o que atesta a importância da instituição na época.

No Catálogo das igrejas, comendas e mosteiros do reino de 1320, o mosteiro de Santa Marinha da Costa foi



Claustro.
Perspetiva geral.
Ala este. Vestígios
de paramentos
românicos

taxado em 1 000 libras, valor muito elevado quando comparado com outros mosteiros e as igrejas da Terra de Guimarães. A exceção era, naturalmente, a igreja colegiada de Santa Maria, cuja mesa prioral contribuía com 1 600 libras e o capítulo com 2 000 libras.

D. Fernando da Guerra, enquanto arcebispo de Braga, visitou o mosteiro de Santa Marinha em, pelo menos, duas ocasiões, nomeadamente em setembro de 1431 e novembro de 1432. José Marques afirma que, em 1450, ficou claro que o mosteiro já não era padroado régio nem tinham aí direito de apresentação quaisquer outras pessoas "nom sse pode achar n<a> chancelaria del rei que o dicto moesteiro era de sua apresentação nem d'outra alguma pessoa". Este mosteiro, apesar de ter recebido diversos privilégios dos monarcas portugueses, viu-se também envolvido em vários litígios, tendo sido condenado em diversas sentenças.

D. Afonso V, em 1448, mostrou intenção de entregar a tutela do mosteiro à Ordem de São Jerónimo, bem como D. Manuel, em carta de 1516, mas manteve-se na posse dos agostinhos até 1528, altura em que D. João III o entregou aos frades jerónimos a pedido de D. Jaime, Duque de Bragança, padroeiro do mosteiro e senhor de Guimarães.

No século XVI um grande incêndio destrói várias zonas do mosteiro, entre as quais o claustro românico. São iniciadas várias obras no edifício, que foi alvo de numerosas intervenções nos séculos seguintes. Com a extinção das ordens religiosas, em 1834, o mosteiro passa para a Fazenda Pública, sendo adquirido em hasta pública por José Ferreira Pinto Basto, fundador da Fábrica da Vista Alegre.

Mantendo a implantação do mosteiro medieval, os testemunhos da época românica são hoje muito poucos. Alguns autores consideram que a igreja atual mantém o traçado da igreja românica e, até da sua antecessora, da época da reconquista. Testemunhos arqueológicos comprovam a longa ocupação do lugar. No âmbito da intervenção que converteu a ruína do mosteiro em pousada, foram realizados vários trabalhos arqueológicos destinados a determinar a sequência de edifícios e construções, desde pelo menos o século X. Os espaços escolhidos foram o claustro, a sala do dormitório e a sala que correspondia à antiga sala do refeitório e cozinha. Foram então identificados um primeiro nível alto-mediévico, intacto, com cerâmica muito pobre. Tem-se ainda associado a esta fase de ocupação um fragmento de ajimez.

Além disso, e com exceção da fachada e da parte posterior do coro, ter-se-á aproveitado grande parte dos muros da igreja românica, hoje visíveis em janelas abertas sob o estuque dos paramentos caiados por forma a atestar a longevidade da construção. Atendendo à escala do atual



Claustro. Ala este. Pormenor de janela com colunelo e arcadas

edifício, Manuel Real encontrou um paralelismo entre as suas dimensões e as da igreja do antigo mosteiro de Roriz, também de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, propondo ainda que as cabeceiras apresentassem uma configuração idêntica.

Mas é no claustro, a sul da igreja, e também profundamente transformado, que encontramos os mais significativos vestígios da época românica. Manuel Real propõe que a construção do claustro tenha ocorrido já durante o século XIII, atendendo à configuração dos vestígios encontrados na Casa do Capítulo e da porta da entrada para a ala do Refeitório, cujas aduelas configuram um arco ligeiramente quebrado. Visíveis ao modo de janelas, também aqui confirmando a origem medieva do lugar, os testemunhos românicos mostram um caráter erudito. De destacar um colunelo liso que sustenta duas arcadas toreadas. Na mesma ala do claustro, a este, uma janela em arco quebrado, hoje entaipada, terá em tempos iluminado o interior da sala do capítulo. Os seus capitéis foram esculpidos, apresentando-se hoje picados. Em vários pontos encontramos vestígios de paramentos construídos em bom aparelho,



Claustro. Perspetiva geral. Ala este. Pormenor de porta de acesso ao primitivo refeitório



Interior. Nave. Vestígio de paramentos românicos

pseudo-isódomo. Atendendo à implantação dos mesmos podemos ajuizar que o atual claustro mantém a escala e implantação do da época românica.

Nos espaços em torno da estrutura monástica encontramos alguns elementos avulsos, como tambores de colunas caneladas ou mísulas, que seguramente pertenceram à fábrica românica. Para Ferreira de Almeida é possível que alguns capitéis e aduelas, que se conservam no Museu Martins Sarmiento e no Museu Alberto Sampaio, de proveniência desconhecida, possam ser originários deste mosteiro.

Segundo João de Barros, que escreve em meados do século XVI, a torre do mosteiro da Costa servira de "torre do tombo", arquivo régio, durante a permanência da Corte em Guimarães. Durante o período medieval e a época moderna, o mosteiro foi acumulando bens e o seu património espalhava-se por toda a comarca do Minho.

Em 1936, o mosteiro e a igreja foram classificados como Imóvel de Interesse Público. Em 1951, um violento incêndio destruiu grande parte do edifício, que ficou em estado de total abandono até ser adquirido pelo Estado português em 1972, que promoveu, cinco anos mais tarde, uma grande campanha de restauro, com vista à sua transformação em pousada. Fernando Távora, por ter sido o autor do projeto de reconstrução mosteiro e da sua conversão em pousada, recebeu o Prémio Nacional de Arquitetura, em 1987.

Atualmente, a igreja mantém as suas funções de culto e o mosteiro conserva as suas funções de pousada.

No Museu Nacional de Alberto Sampaio expõem-se um cálice e respetiva patena, em prata dourada, oferecidos por D. Sancho I e a rainha D. Dulce em 1187 ao Mosteiro de São Martinho da Costa (MAS O-55 e MAS O-40). Vd. Museu Nacional de Alberto Sampaio (Guimarães) - *Cálice do extinto Mosteiro de Santa Marinha da Costa e Patena do cálice do extinto Mosteiro de Santa Marinha da Costa*.

Texto: MLB/JL - Fotos: TC

Bibliografia

- ABREU, J.P.L. e FENANDES, I.M., 2010; ALMEIDA, C.A.F., 1978a, II, pp. 213-214; BARROCA, M.J., 1990, p. 118; BARROCA, M.J., 2000a, Insc. n.º 181 (de 1187), Insc. n.º 383 (de 1273, fevereiro, 12), Insc. n.º 386 (de 1274, fevereiro, 7), Insc. n.º 388 (de 1276, fevereiro, 7); BARROCA, M.J., 2017a, Insc. n.º 207 (de 1187); BARROS, J., 2019, pp. 193, 195 e 314; BOISSELLIER, S., 2012, p. 152; BOTELHO, M.L., 2012, p. 337; COSTA, A., 1929-49, V, p. 791; COSTA, A.J., 1997-2000, I, p. 133, II, pp. 261-262; CRAESBEECK, F.X.S., 1992, I, p. 220; GEPIB, 1935-60, VII, p. 851; LMu-MADONA, doc. n.º 45 (de 1059), p. 78 e doc. n.º 8 (de 1059), p. 225; MARQUES, J., 1988, pp. 626-629; PORTAL DO ARQUEÓLOGO; PMH, INQ., pp. 14, 84, 173, 216 (de 1220) e 735 (de 1258); PMH, INQ., 1288-91, p. 1; REAL, M.L., 1980, p. 4; REAL, M.L., 1981, pp. 469-470 e 474; SIPA; SOUSA, B.V., 2016, p. 165.